

Por um debate crítico da neoliberalização natureza: forma social e luta

Helena Marroig Barreto

Introdução

Neste artigo, busca-se debater as relações ecológicas contemporâneas, considerando o processo histórico de emergência de uma forma neoliberal da natureza. A neoliberalização da natureza tem sido largamente estudada, sobretudo no campo da geografia crítica, em pesquisas que destacam processos recentes de mercantilização, privatização, e financeirização (Castree, 2008a; 2008b; Smith, 2007; Bakker, 2009; Robertson; 2012, Sullivan, 2013; entre outros). Assim, formou-se um campo amplo que tem estudado diversos processos concretos que retratam as novas formas de apreensão da natureza, em trabalhos bastante ricos. Essas análises em geral apontam para o avanço da lógica do capital para a natureza, que estaria cada vez mais subsumida e submetida ao domínio capitalista.

Ao contrário destas leituras, que muitas vezes retratam a natureza como um objeto externo à relação capital, buscamos aqui argumentar que as relações ecológicas são elementos intrínsecos das relações sociais capitalistas, e portanto, de como se desenvolvem as lutas de classes. Assim, uma correta leitura da natureza contemporânea tem que investigar como o neoliberalismo se desenvolve também como uma relação ecológica, não sobre a natureza, mas através da mesma (HUBER, 2021, 2011; NELSON, 2017; MOORE, 2015). Mais do que a mercantilização, a neoliberalização da natureza envolve uma profunda reestruturação da sua forma de gestão e representação. Este é um processo que não é meramente imposto pelo capital, mas sim, um processo relacional, em que através de conflitos sociais e ecológicos, materialidade e o significado da natureza é redefinida dentro das imanências do capital.

Esperamos com este trabalho contribuir para uma concepção mais relacional dos processos ecológicos, contribuindo para os debates que entendem a natureza como um fetiche capitalista, construído a partir de processos sociais que constituem uma aparência da natureza reificada e separada da humanidade. Esta separação, como destaca Marx (2013) nos debates sobre a acumulação primitiva, é uma necessidade ontológica capitalista que deve ser reposta e reinventada em cada momento histórico. Logo, a própria processualidade desta imagem deve ser investigada.

Para avançar neste debate, este capítulo se estrutura em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, buscaremos apresentar as diferentes interpretações sobre a

natureza neoliberal, argumentando sobre os problemas de uma abordagem da natureza como uma coisa externalizada. Na seção seguinte, apresenta-se o processo histórico da emergência do capitalismo contemporâneo, destacando em que medida ele é permeado pelas disputas de reconfiguração da natureza. A forma fordista de representação da natureza, como um domínio externo amplamente disponível, é colocada em xeque dentro das lutas de classe que se desenvolvem nos anos 1960. Queremos destacar como as disputas neste período vão levar a emergência de uma nova representação da natureza, que abrem espaço para uma nova gestão da separação entre humanidade e natureza. A aceleração da crise ecológica e a crescente mobilização de movimentos ecologistas desde os anos 1970 tornam a rígida dualidade cartesiana questionável, e assim, novas formas de gerir a reificação da natureza passam a emergir.

Os múltiplos conflitos que se abrem vão moldando uma nova forma social da natureza, não mais como um estoque externo de bens materiais mas como um fluxo de serviços que pode ser mensurado, separado e valorado. Nesta atualização do fetiche, emerge o paradigma de serviços ecossistêmicos que permite a separação da natureza da humanidade através de novos processos e novas disputas, que condensam o neoliberalismo. Assim, na última sessão, buscaremos delinear elementos desta forma contemporânea e como ela se relaciona ao processo de acumulação e dominação do capital atual.

Debates da natureza neoliberal

O neoliberalismo é em geral investigado como um processo de reestruturação política e econômica de restauração do poder do capital através da precarização do trabalho e da financeirização, ensejando transformações nas relações sociais que reforçam a racionalidade de mercado como a forma central de organização (NELSON, 2017; HARVEY, 2005). Uma série de pesquisas busca investigar os aspectos espaciais e geográficos desse processo, sobretudo no campo da geografia. Assim, desde os anos 2000, tem se estruturado um campo que debate a *natureza neoliberal* (HEYNEN&ROBBINS, 2005; CASTREE, 2008A, 2008B; MCCARTHY&PRUDHAM, 2004; SMITH, 2007; MCAFEE, 2003; ROBERTSON, 2000, 2011; BAKKER, 2009; entre outros). Estas abordagens promovem uma crítica às práticas contemporâneas de apreensão da natureza, através de uma vasta gama de estudos concretos. Para mencionar alguns, McAfee (2003) procurou revelar os esforços de mercantilizar o material genético de plantas e animais por corporações; Bakker (2004) analisou os processos

de mercantilização da água na Europa; Mansfield (2004) investigou como a implementação de cotas de pesca no norte do Pacífico levou a processos de despossessão; Robertson (2000) analisou a mercantilização de serviços ecológicos de áreas úmidas nos EUA como forma de fomentar sua conservação. Lohman (2012; 2010) estudou a criação de mercados de carbono que estabelecem propriedades sobre a atmosfera como tentativa de controle da emissão de gases de efeito estufa..

Como afirma Castree (2008a), esse campo não conta com um referencial teórico unificado, mas tem suas influências sobretudo dos debates de Karl Marx, Karl Polany e eco-marxistas como James O'Connor, Ted Benton e Neil Smith¹. Através destas referências e centrando-se nas análises concretas, buscam compreender como e porque a natureza tem se tornado cada vez mais submetida às práticas e lógicas neoliberais, em especial destacando o crescente espaço do mercado no capitalismo contemporâneo.

Castree (2008a) busca sintetizar esses diversos apontamentos, destacando que a neoliberalização da natureza envolve sua privatização, mercantilização e desregulamentação, com o Estado se retirando de diversas áreas ambientais. A re-regulação leva a uma nova forma de atuação do Estado, favorecendo um tratamento privatista da natureza, seja entregando recursos e espaços para o setor privado, seja incorporando a lógica de mercado na atuação estatal. Ainda, no neoliberalismo da natureza são construídos novos mecanismos regulatórios fora do aparelho estatal, sobretudo sob o controle de organizações da sociedade civil e que operam através de incentivos de mercado

Grande atenção é dedicada aos mecanismos estatais de gestão e regulação da natureza na emergência do neoliberalismo. Por exemplo, Kay (2018) destaca como ocorre uma reorganização dos limites entre Estado e mercado, com transferência de responsabilidades do primeiro para o segundo, levando à privatização de propriedades públicas, novas formas de direitos de propriedade e a dominância de modelos de gestão baseados em mercado para a natureza. Assim, aponta para a consolidação de uma nova governança ambiental como central para a neoliberalização da natureza.

Também neste sentido, Bigger e Dempsey (2018) caracterizam a emergência de uma natureza neoliberal como uma transição de um sistema de governo para um de governança. Os autores partem de leituras centradas no papel do Estado para apontar como o desmonte histórico do modelo keynesiano foi central para ampliar os referidos processos de mercantilização e

¹ Como Castree indica, o trabalho de Polany é influente em alguns autores eco-marxistas, como O'Connor.

privatização. A crise dos anos 1970 e seu severo impacto na América Latina, através da crise da dívida, é o que obriga a região a promover profundos ajustes socioeconômicos. A necessidade de negociar com órgãos multilaterais o pagamento da dívida vai levar à imposição de reformas que promovem a austeridade fiscal, a liberalização de mercados, e a privatização de recursos. Em especial, neste momento, recursos naturais são amplamente disponibilizados para o mercado, com a venda de estatais importantes em setores extrativistas e a aprovação de diversos códigos de propriedade de recursos naturais (BIGGER&DEMPSEY, 2018.). Dempsey (2016) destaca como nesta transição, cada vez mais ONGs assumem tarefas de regulamentação no neoliberalismo, se amparando em mecanismos de mercado e financeirizados para promover conservação.

Desta forma, a literatura sobre a natureza neoliberal dá grande atenção às reformas políticas e como elas se aplicam sobre o campo da natureza. Como aponta Nelson (2017, p.9) “tendo identificado as características definidoras da governança neoliberal, ele então mapeia as maneiras pelas quais elas são aplicadas ao meio ambiente”².

A redefinição do papel do Estado tem múltiplas dimensões. Felli (2015) destaca como esta governança neoliberal, pela crescente utilização de mecanismos de mercado seja dentro de políticas públicas ou através de privatizações, envolve uma estratégia contemporânea de despolitização. Sob o discurso de encontrar mecanismos mais eficientes e neutros de gestão dos recursos naturais, são constituídos instrumentos que retiram do debate democrático decisões cruciais sobre a natureza. Por exemplo, o autor destaca como mercados de carbono impedem uma intervenção mais direta do Estado que limite as emissões a partir de um debate social sobre que setores seriam importantes, substituindo tal debate por um mero mecanismo de alocação de propriedade e trocas, na esfera privada. Felli destaca esta blindagem democrática como um aspecto essencial da neoliberalização da natureza, reforçando que a ‘neutralidade’ dos instrumentos de mercado é, na verdade, uma forma de poder que consolida a hegemonia do capital.

Outro aspecto central no debate ressaltado por diversos autores (ROBERTSON, 2011, 2018; BUSCHER ET AL, 2012; NELSON, 2017) é como a natureza contemporânea é cada vez mais enquadrada como um conjunto de serviços ecossistêmicos³. Os espaços ecológicos

² “having identified the defining features of neoliberal governance, it then charts the ways that these are enacted on the environment” (Nelson, 2017, p.9)

³ Como aponta Robertson (2012) e Buscher et al (2012), o termo foi cunhado em estreita conexão com a noção de capital natural e em um arcabouço econômico “coaseano” em que as melhores alocações podem ser alcançadas com alocação de direitos de propriedade e incentivos à troca. Para uma crítica mais geral deste paradigma, ver Sa Barreto (2015)

são avaliados por uma série de serviços que podem oferecer - água, captura de carbono, biodiversidade. O objetivo deste paradigma é mensurar e tornar comparáveis estes diversos serviços, para assim promover uma supostamente correta valoração da natureza. A proposta de serviços ecossistêmicos busca promover um ambientalismo neoliberal (NELSON, 2017; FURTADO, 2015), em que a natureza pode ser preservada se seus serviços forem representados de forma capitalista para atrair investimentos de conservação. Como destacam Buscher et al (2012, p. 15),

“Essas sugestões implicam a crença de que as equipes de ecologistas e economistas matemáticos podem combinar medidas de rentabilidade e de ecossistemas saudáveis em derivativos complexos para produzir resultados de conservação fundamentados, mesmo que a natureza que se pretende conservar esteja localizada em camadas não intuitivas de abstrações cada vez menos fundamentadas”⁴

O paradigma de serviços ecossistêmicos permite que na neoliberalização da natureza, a conservação se torne um elemento de destaque, ainda que através de sua mercantilização. A natureza será preservada se quantificada, abstraída, tornada comparável e calculável dentro da lógica de mercado, empacotada como um serviço ecossistêmico. Seus fluxos de renda futuras são monetizados, projetados e trazidos para valor presente, reificados como uma mercadoria que é disponibilizada em crescentes mercados financeiros.

Isso envolve mecanismos de financeirização, que cristalizam as possibilidades futuras das relações ecológicas e sociais (RECH&BARRETO, 2023. ROBERTSON, 2011; SOTIROPOULOS ET AL, 2014)⁵. Diversas realidades vão se tornando equiparáveis como meros papéis financeiros, num avanço do fetichismo. Evidentemente, avanços tecnológicos e institucionais são necessários para esta nova forma de apreensão da natureza (ROBERTSON, 2011). Assim, o paradigma da natureza como serviços ecossistêmicos permite que ela seja enquadrada como um ativo capitalista, representada como um conjunto de rendimentos, risco e retorno, que apaga sua multiplicidade, tem resultados muito contestados em termos de conservação e submete as relações ecológicas à forma capitalista.⁶

⁴ Such suggestions imply a faith that teams of mathematical ecologists and economists can combine profitability and healthy ecosystem measures into complex derivative forms to produce grounded conservation outcomes even as the nature it aims to conserve is located in unintuitive layers of abstractions that are increasingly ungrounded” (BUSCHER ET AL., 2012, p. 15)

⁵ Para estudos sobre alguns mecanismos de financeirização da natureza, recomenda-se Sullivan (2013), Robertson (2012), Lohmann (2012) e Rech e Barreto (2023).

⁶ Buscher et al (2012) oferecem uma síntese da crítica às políticas de conservação neoliberais; Rech e Barreto (2023) criticam o processo de transformação da natureza em ativo como um avanço do processo fetichizante do valor.

A literatura da *natureza neoliberal* retrata o fato de que tal neoliberalização não é um processo único ou uniforme, mas apresenta distintas características a depender do local, períodos ou do próprio recurso ou serviço natural. Assim, Brenner e Theodore (2002) e Peck e Tickell (2002) propõem que falemos de neoliberalismos, reconhecendo sua multiplicidade. Castree (2008a) adverte que, ainda que seja importante reconhecer tal diversidade nos processos de neoliberalização, não se pode perder de vista a unicidade deles. Neste sentido, o autor destaca que a mercantilização e a promoção da lógica de mercado como a racionalidade mais eficiente é o que organiza as transformações contemporâneas da natureza.

Castree (2008a) busca conectar de forma mais sistemática esse conjunto de processos pelo qual a natureza teria passado no capitalismo contemporâneo com o movimento de acumulação de capital. O autor argumenta que o neoliberalismo e a neoliberalização da natureza operam através de “ajustes ambientais” (*environmental fixes*). Para ele, através destas novas mediações com a natureza apontadas, sua crescente privatização, mercantilização, re-regulação, etc., o capitalismo contemporâneo buscaria formas de dinamizar a acumulação de capital, superando sua tendência ou iminência a crise. Assim, em uma leitura luxemburguista, a crescente incorporação da natureza nas dinâmicas do capital impulsionariam o capitalismo contemporâneo.

Como questionou Lave (2018) em artigo recente dentro de uma coletânea que faz um balanço deste debate, a própria necessidade de tratarmos do termo neoliberalismo entra em questão na abordagem da natureza neoliberal. Os estudos empreendidos neste campo poderiam melhor se situar em um mero avanço do capital sobre a natureza, a intensificação de sua mercantilização em novas escalas. A autora se questiona sobre o que haveria de novo no neoliberalismo da natureza e não parece encontrar respostas que não pontuais, entendendo os processos retratados apenas como a expansão extensiva ou intensiva do capital, dadas suas novas dinâmicas, sobre o domínio ecológico.

Uma análise da natureza neoliberal face à acumulação contemporânea é feita de maneira mais cuidadosa na influente obra de Neil Smith (2007), “Natureza como uma Estratégia de Acumulação”. Nela, o autor argumenta que desde os anos 1970, a forma de apropriação da natureza passaria por uma subsunção real, e não mais apenas formal. Em paralelo às reflexões de Marx sobre o trabalho, o autor argumenta que a natureza passa a ser subsumida em termos reais, pois o próprio ciclo natural passaria a ser ditado pelo capital. Enquanto na subsunção formal, que vigorou até o pós guerra, o capital se apropriava de uma natureza que se reproduzia em seu ritmo, agora, através de técnicas avançadas e de biogenética, o próprio ritmo de transformação da natureza seria controlado. Assim, o autor destaca como a

forma intensiva de acumulação se expressa sobre a apropriação da natureza, se estendendo sobre ela. Mas reconhecendo esse salto qualitativo na forma de apropriação da natureza, Smith, de igual maneira, destaca como este movimento é central para criar novas fronteiras de acumulação que permitem a expansão contemporânea capitalista.

Notamos que nestas formulações seminais, a natureza aparece como um campo sob o qual o capital apenas se projeta, de maneira unidirecional. Assim, estabelecem a natureza como um domínio separado que é transformado pelos processos sociais em curso, que ocorrem de maneira quase independente. Esta é uma característica presente em grande parte da literatura sobre natureza neoliberal, como criticam Nelson (2017) e Robertson (2018). Como indicamos no capítulo anterior, isso reflete a tradição perene no pensamento social de um dualismo cartesiano, que reproduz a separação da humanidade da natureza como algo natural. Assim, o caráter ecológico da relação capitalista perde espaço na análise.

Evidentemente, autores como Bakker (2003) ou Duffy (2015) reconhecem que esta separação não é total, e destacam que a natureza “resiste” à sua neoliberalização (o que pode se colocar como um limite ou uma oportunidade, a depender da formulação), isto é, este não é um processo sem tensões. Esta formulação deriva da mencionada influência de Polany nos debates (ROBERTSON, 2018). Em *A Grande Transformação*, Polany (2013) estudou a ascensão do capitalismo de livre mercado e como ele se ampara na apropriação de “mercadorias fictícias”, entendidas como fenômenos – como águas e árvores – cujo valor multidisciplinar excede o registrado pelo mercado. A terra seria o exemplo clássico. Polany debate o duplo movimento do capital que ampliar a mercantilização, se apropria de mercadorias fictícias como se fossem mercadorias “reais”, gerenciáveis pelos preços de mercado, levando à contradições que criam resistências ao próprio mercado e a mercantilização de tudo.

O foco da literatura aqui tratada na questão da mercantilização como a extensão de mecanismos de mercado sobre o mundo natural se aproxima da formulação de Polany. De maneira similar, a literatura sobre natureza neoliberal diversas vezes destaca como a natureza “resiste” à sua neoliberalização, ou se revela “intransigente”. Mas aqui, novamente, a natureza aparece como uma coisa externa que não se enquadra nos processos sociais lhe sendo impostos, ressoando a uma retórica malthusiana de limites naturais incontornáveis. Ainda que destacando tensões no processo, o argumento permanece que a lógica do capital está sendo estendida a um domínio que lhe é alheio.

Esta leitura, deixa de entender portanto os aspectos relacionais da natureza, que se desdobram na contradição dialética de sua materialidade e sua forma social (CASSEGARD, 2017). Embora consigam destacar processos importantes de transformações em curso, que são

cruciais, apresentam uma visão dualista que deixa de compreender como o neoliberalismo é produzido dentro de um quadro de luta de classes que engloba sociedade, natureza, recursos, ecologia, e tantos outros aspectos. Neste âmbito, a natureza não é apenas neoliberalizada, sendo privatizada e desregulada, embora o seja também. Mas esta análise deixa de destacar como “o processo socioecológico mais amplo da neoliberalização já é, em si, ecológico” (HUBER, 2011).

Como destaca Nelson (2017, p.3):

“essas críticas tendem a retratar um processo unidirecional no qual o neoliberalismo é algo que é aplicado a objetos e problemas ambientais, com consequências previsivelmente destrutivas. Dessa forma, elas correm o risco de subestimar seus objetos (tanto o neoliberalismo quanto o meio ambiente). (...) [O] meio ambiente não é apenas um objeto externo ao qual as estratégias neoliberais foram aplicadas, mas um problema político (ou um conjunto interligado de problemas) central para a história do presente”⁷.

A perspectiva tratada nesta seção então apresenta uma dupla limitação: primeiro, a de negligenciar a dimensão ecológica constitutiva do neoliberalismo; e segundo, tratar a natureza como uma coisa fixa e autônoma, em vez de reconhecer seu caráter socialmente construído⁸. Ao contrário da aparência imediata que apresenta a natureza como esfera autônoma e separada, Marx (2013; 2017a; 2017b) demonstra como o mundo capitalista não pode ser compreendido em sua mera manifestação fenomênica. O processo de fetichismo, mecanismo central na análise marxiana, opera precisamente ocultando as relações sociais que se cristalizam nas formas materiais concretas. Essa crítica ao dualismo cartesiano nos conduz a um debate fundamental sobre a representação social da natureza: sua contínua coisificação enquanto processo histórico dinâmico. Portanto, a análise deve considerar simultaneamente a gênese e transformação dessa forma social da natureza e suas articulações com as demais metamorfoses sociais em curso

⁷ these critiques tend to portray a one-way process in which neoliberalism is something that is applied to environmental objects and problems, with predictably destructive consequences. In this way, they risk taking their objects (both neoliberalism and the environment) for granted. [...] the environment is not merely an external object to which neoliberal strategies have been applied, but a political problem (or interlinked set of problems) central to the history of the present” (Nelson, 2017, p.3).

⁸ Destaca-se que a formulação de Neil Smith reconhece esse caráter social da natureza, embora o retrate de uma maneira pouco relacional, contrapondo uma natureza originária a uma “segunda natureza” construída socialmente. Para uma crítica específica desta formulação ver Cassegard, 2017.

A apreensão coisificada da natureza resulta num tipo de análise restrita, ainda que importante, do processo de neoliberalização da natureza. O foco nas formas de governança que destacamos apagam as lutas que ocorrem dentro das próprias questões ambientais, e com as tecnologias neoliberais se forjam nesta disputa (NELSON, 2015; 2017). Nesse quadro, a construção da subjetividade neoliberal, de um ultraindividualismo de mercado, é naturalizada como consequência automática das reformas institucionais.

Logo, queremos aqui defender uma outra concepção. A natureza como uma forma social que aparece como externa e separada é uma forma social necessária à constituição do capital. Destaca-se que este é o pressuposto da relação capitalista, o processo de acumulação primitiva que dá origem a sociedade de classes capitalista, um pressuposto que deve ser permanentemente reproduzido, reinventado sob novas formas (DE ANGELIS, 2000). Apenas com trabalhadores desprovidos de meios de produção, separados da natureza e das suas possibilidades de reprodução, a relação capitalista pode emergir e prosperar. A representação da natureza separada não é um erro ou um falseamento da realidade, mas uma representação da própria relação social do capital.

A constituição do próprio conceito de natureza, como este campo apartado autônomo, é histórico, mediação entre a permanente necessidade de abstração-valorização do capital e das lutas e resistências contra este processo. Portanto, o estudo da natureza deve investigar a processualidade desta aparência, como a sua complexidade é abstraída - uma abstração real, que produz sociabilidade, e necessária para recolocar os pressupostos do capital - em formas sociais antagônicas ao trabalhador, e como isso gera lutas e resistências. Resistências que são sociais, e não meros aspectos materiais inerentes da natureza, embora possam se apoiar nestes.

Destacamos que a abstração da natureza é uma contraparte da própria abstração do trabalho capitalista, uma face do processo social de luta de classes. Em especial para o debatido neste artigo, a neoliberalização da natureza deve ser estudada dentro das transformações das relações capitalistas no presente e em como integram e possibilitam essas transformações. Na próxima sessão damos os primeiros passos para esta abordagem, debatendo de forma mais relacional o papel da ecologia na transição do fordismo ao neoliberalismo, e como a representação externalizada da natureza é transformada

A crise “ecológica” do pós guerra

Nesta seção, buscaremos resgatar o momento de crise do capitalismo do pós guerra e como as relações ecológicas são momentos fundamentais deste processo. Queremos evidenciar que a crise do pós-guerra foi também uma crise ecológica, mas não uma externa às relações capitalistas, embora assim aparecessem. As disputas neste período vão levar a emergência de uma nova representação da natureza, que abre espaço para uma nova gestão da separação entre humanidade e natureza. A aceleração da crise ecológica e a crescente mobilização de movimentos ecologistas desde os anos 1970 tornam a rígida dualidade cartesiana questionável, e assim, novas formas de gerir a reificação da natureza se colocam.

Para iniciar este debate, devemos recordar que após a 2ª Guerra Mundial, se configura a chamada “Era de Ouro” do capitalismo, marcada por grande crescimento e reduzido número de crises. O arranjo social do período era fundado em uma acumulação intensiva de capital que ampliou enormemente a produtividade do trabalho através de técnicas modernas de gerenciamento nas fábricas que ampliaram a exploração. É o momento da consolidação do *American Way of Life*, o modo de vida americano, uma forma de inserção baseada em consumo de massas de amplos bens industriais. A ampliação do consumo foi possível com um quadro de melhor distribuição de renda, com aumentos salariais e ampliação do crédito, resultado da articulação de um pacto social “fordista” que lançou bases para o surgimento de um estado keynesiano, com ampla intervenção econômica e políticas de promoção de emprego (HOLLOWAY, 1996; GINDIN&PANITCH, 2013.).

Cumprir destacar que este pacto social não emerge espontaneamente, mas como uma forma de reorganizar política e ideologicamente o capitalismo de então, diante de crescentes contestações que levam a ampliação do poder do trabalho. Esse poder do trabalho aparecia na consolidação de um bloco comunista liderado pela União Soviética, mas também nas crescentes mobilizações que tomavam o bloco capitalista, com o crescimento de partidos trabalhistas, sindicatos, e até contestações no âmbito do processo produtivo (HOLLOWAY, 1996). Gramsci (1971) é preciso em apontar que a separação do trabalho manual e intelectual do trabalho no início do século XX evidenciava o processo de exploração perpetrado e exigia a construção de uma base social. Assim, o acesso ao mundo do consumo a uma parte da classe trabalhadora foi dado como contrapartida à realidade monótona e exaustiva da crescente exploração das linhas de fábrica. Nos Estados Unidos, onde esse acordo “capital-trabalho” aparece de forma destacada, garantias salariais nas fábricas da Ford e vitórias trabalhistas institucionais, como o Ato Wagner, só ganham espaço como forma de evitar maior radicalismo após mobilizações e greves surgirem com enorme força (HOLLOWAY, 1996).

A articulação entre a esfera da produção e da reprodução foi central no pós-guerra, e o trabalhador fordista era o consumidor em massa enquanto novas esferas eram envolvidas na dinâmica capitalista. Se construía uma base social para o capitalismo que fomentava imensa expansão do capital, e este modelo logo foi exportado dos EUA para a Europa e, de maneira dependente, para o resto do mundo, se tornando global. Trabalhadores (ou ao menos uma parcela destes, em especial os trabalhadores formais brancos no centro capitalista⁹) agora poderiam possuir casas em amplos subúrbios, automóveis individuais, consumir uma vasta gama de bens industriais, como enlatados e eletrodomésticos, em um padrão de vida mais abundante de mercadorias. O Estado Keynesiano se torna cada vez mais um elemento central para mediar os conflitos deste modelo, direcionando um ambiente propício à acumulação enquanto institucionaliza e media a luta de classes. Isso era importante a nível nacional e a nível internacional, na medida em que o mercado mundial se reorganizava com a reconstrução do pós-guerra.

A ampliação da mercantilização de esferas da vida social, como moradia e transporte, implicava que a lógica do valor passa a pautar aspectos mais amplos da reprodução social. E isso modifica a forma como a natureza era apropriada e participava da vida social. A própria dinâmica espacial do capitalismo do pós-guerra, com longos traslados entre casa e trabalho, uso generalizado de carros, criava uma série de necessidades que só se atendiam com produtos intensivos em recursos naturais. Huber (2011) argumenta que este estilo se revelava extremamente intensivo em recursos naturais, em especial energia elétrica e combustíveis fósseis, que davam materialidade ao modo de vida cada vez mais embalado por aparelhos eletrodomésticos, uso de plástico e do automóvel. Portanto, o autor destaca que o pacto do fordismo era também um **pacto ecológico**.

Moore (2015) destaca como o capitalismo do pós guerra organizou não apenas o sistema de produção, mas também a reprodução social, se amparando na apropriação do que chama de *natureza barata*, isto é, recursos naturais a baixos custos, como os solos e a água Meio-Oeste americano; da produção dos camponeses do Leste Europeu e do Sul da Ásia; das florestas, campos e veios de recursos dos mundos colonial e semicolonial, que proveram ferro, borracha

⁹ É sempre importante destacar que esta é uma “era de ouro” para o capital. No centro capitalista, em especial EUA, Europa e alguns países asiáticos, este processo foi acompanhado de uma integração dos trabalhadores aos mercados de consumo com políticas de pleno emprego e ampliação de instituições democráticas e trabalhistas (para uma crítica desta inserção corporativa, ver Gindin e Panicht, 2013). Mas na periferia, são poucos os países que conseguem melhorar sua inserção internacional (o Brasil é um deles), e segue ou se aprofunda o quadro de intensa desigualdade e concentração de renda, com um cenário de fechamento democrático ao longo destes anos dourados (as ditaduras latino americanas são um exemplo evidente).

e petróleo à baixos custos que possibilitaram os dinâmicos efeitos da disseminação da segunda revolução industrial. Como destaca Hirsch (1991), isso era assegurado através de um controle imperialista das fontes e mercados de matérias primas pelas potências globais. À medida que se intensificava o sistema de consumo em massa do fordismo, maior era a destruição material consequente e maior a necessidade de intervenção do Estado, seja para regular a produção seja para garantir de novas fontes de recursos coordenando o mercado mundial. Brand e Wissen (2014), argumentam de maneira similar que se estabiliza no pós guerra um “modo de vida imperial”, que se pauta em um amplo consumo de commodities produzidas por recursos naturais, trabalho barato e “lixões”(sinks) globais¹⁰ de outros territórios, o que se garante pelo mercado mundial, com poderio militar e relações de poder assimétricas, inscritas nos organismos internacionais. Esse padrão de vida antes restrito a pequenas elites começa a se generalizar no pós-guerra para parcelas da classe trabalhadora, sobretudo no Norte Global

É importante destacar que o pacto social e ecológico do fordismo, que envolvia uma dinâmica específica da natureza, não era um mero aspecto técnico da produção capitalista de então, de suas necessidades materiais face às tecnologias da época. Este é um pacto sobretudo político, voltado à construção da hegemonia do capital e do controle da luta de classes, concedendo direitos - restritos, reduzidos, mercantilizados - à classe trabalhadora a fim de conter contestações mais radicais. Este arranjo social, se desdobrava em múltiplas facetas, inclusive numa ecológica, que não se organizava externamente à relação econômica, mas em profunda integração à mesma.

Como nos lembra Malm (2016), as trajetórias materiais do capitalismo, suas opções tecnológicas e ecológicas, não são meramente técnicas. O autor destaca como a opção pela energia fóssil na primeira Revolução Industrial, com as máquinas a vapor movidas pelo carvão, e seus nefastos efeitos poluentes, não se deu por questões de produtividade ou eficiência energética, que num primeiro momento, eram inferiores às máquinas movidas à energia hidráulica. Mas sim devido à possibilidade de organizar a produção em centros urbanos e controlar melhor a relação de classe dentro dos espaços fabris nas cidades. Assim, antes que uma escolha técnica, a opção pela energia fóssil está ligada a um processo que articula as possibilidades técnicas, com as relações sociais e de luta de classe e também as próprias relações ecológicas. No pós-guerra, de igual maneira, a opção pelo aprofundamento da matriz fóssil e o amplo uso de petróleo não se tratou apenas de uma questão de custos, de eficiência,

¹⁰ Como florestas e oceanos, que recebem um volume alarmante de resíduos e rejeitos da produção.

ou da revolução do automóvel. Foi uma opção complexa que inclui a necessidade de legitimação do capitalismo de então, com a persistente necessidade de controle da luta de classes pelo capital¹¹.

Assim, o capitalismo do pós guerra configurou uma relação particular com a natureza. Em seu centro, se impunha grande extração de recursos naturais e grande degradação. O paradigma fordista-keynesiano com imperativo de sustentado crescimento econômico, se amparava em um meio ambiente ilimitado e disponível em suas funções como fonte e sumidouro (NELSON, 2017; MOORE, 2015; HIRSCH, 1991). Esta relação ecológica, um metabolismo social, era um aspecto central do processo de luta de classes, um pacto ecológico que permeava o pacto social do keynesianismo-fordismo. Assim, permitia uma forma concreta de alienação da classe trabalhadora, em que a natureza era representada como espaço a ser dominado, transformado em mero recurso econômico por uma sociedade de perpétuo crescimento que proveria um suposto bem estar na forma de um consumo desenfreado.

Esta base explica a especificidade da crise ecológica que enfrentamos hoje, especialmente pela centralidade que os combustíveis fósseis tomam a partir de então na produção global e na própria reprodução da classe trabalhadora (com o uso ampliado de gasolina e produtos feitos com plástico). É no capitalismo do pós-guerra de consumo e acumulação perpétuo que se inicia a chamada *Grande Aceleração* do Capitaloceno¹², com impactos ambientais e geológicos da ação humana inéditos e possivelmente irreversíveis, que passa desde então a ameaçar a própria vida humana na Terra (HUBER, 2021).

Esse arranjo social montado no pós guerra começa a se esfacelar, entre os anos 1960 e 1970. À medida que o processo de acumulação avançava, se tornava cada vez mais custosa a manutenção do pacto capital-trabalho, centrado na ampliação de salários. Há crescente insatisfação social, dos incluídos ou excluídos de tal pacto, com acirramento das negociações com os sindicatos e o crescimento de protestos generalizados. O estado keynesiano se mostra cada vez mais insuficiente para mitigar a revolta e o poder do trabalho. Neste quadro, o crédito

¹¹ Portanto, como nos aponta Malm (2016), a acumulação capitalista é intrinsecamente uma acumulação fóssil, e revertê-la não depende apenas de um desenvolvimento técnico, da criação ou aprimoramento de outras matrizes energéticas. É um processo político

¹² A Grande Aceleração é um conceito que busca registrar a intensificação das transformações dos ecossistemas terrestres dentro da sociedade capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Estudos conduzidos no âmbito do relatório *Global Change and the Earth System: A Planet under Pressure*, de 2003, sintetizaram uma série de estudos que evidenciavam a piora de diversos indicadores de mudanças físicas no sistema terrestre (dióxido de carbono atmosférico, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, perda de florestas etc.), que ocorria desde a primeira Revolução Industrial, mas se acentuava a partir dos anos 1950 (ANGUS, 2023).

vai ganhando importância como um elemento de pactuação, postergando as tensões, mas gerando instabilidades (BONEFELD, 1996). Há um crescente descolamento dos ativos monetários e do valor concretamente sendo objetificado, abrindo espaço para movimentos especulativos que se manifestam no enorme déficit americano e na contestação da conversibilidade do dólar (Ibidem).

A reconstrução do mercado mundial, que ganha força a partir dos anos 1950, fomenta essa instabilidade, com os capitais se internacionalizando em busca de novas oportunidades de investimentos que escapassem das regulações locais. O processo ganha corpo com a formação de euromercados com os dólares depositados na Europa que escapavam das regulações domésticas, no quadro de expansão de multinacionais. Esses capitais e seus gestores vão constituir elemento de pressão para a progressiva remoção de mecanismos regulatórios nos mercados cambiais, um pilar do sistema financeiro do pós-guerra (GINDIN&PANITCH, 2013).

Assim, o arranjo internacional estabelecido também passa por tensões. A geopolítica sob hegemonia americana começa a sofrer fissuras pela própria recuperação dos países aliados dos EUA, que se consolidam como novos centros capitalistas competitivos, como Alemanha e Japão, e induzem um quadro de competição, superprodução e ameaça à dominância norte-americana (BRENNER, 2003, GINDIN&PANITCH, 2013). Por outro lado, se fortalece o processo de independência do terceiro mundo, em grande parte acompanhado por um nacionalismo de recursos naturais. Assim, a revolta contra o trabalho se desdobrava em uma revolta contra o Estado capitalista (e sua forma keynesiana) e contra a geopolítica coordenada pelos EUA, que estabelecia um mercado mundial desigual que provia a natureza barata do fordismo.

Portanto, no início dos anos 1970, as bases de crescimento dos “anos dourados” se mostravam insustentáveis. Neste contexto, a forma fordista na natureza entra também em disputa. A capacidade de gestão dos recursos naturais do capitalismo pós guerra, como amplamente disponíveis e maleáveis, começa a se dissipar. É neste quadro que a questão ecológica vai emergir como um objeto central, de debates e políticas.

Por um lado, o consumismo como pacto social que compensava a crescente exploração é posto em xeque, com o crescimento dos movimentos de contracultura que rejeitavam uma vida centrada na suntuosidade da aquisição de mercadorias. As condições ecológicas do

fordismo transformam tão radicalmente a natureza que suscitavam contestações. Os movimentos ecológicos ganharam força neste período, rejeitando o crescimento desenfreado e os impactos da sociedade industrial (NELSON, 2017). Vitórias importantes neste campo contribuem para esta centralidade. Nos Estados Unidos, o lançamento do livro de Rachel Carson “Primavera Silenciosa”, em 1962, que denunciava os efeitos nocivos da indústria química de pesticidas sobre o meio ambiente, foi acompanhado de grande mobilização ambientalista que resultou no banimento do agrotóxico DDT no país. Em 1969, a explosão de uma plataforma de petróleo em Santa Bárbara com enormes impactos ambientais gerou mobilizações que restringiram novas explorações (MITCHELL, 2010). O movimento antinuclear que ganhou força nos anos 1970 também é outro exemplo de mobilizações bem sucedidas em influenciar as políticas energéticas nos principais países centrais. O movimento hippie, um expoente da contracultura no período, propunha uma vida mais harmônica com a defesa do meio ambiente e rejeição ao consumismo (SMITH, 2007).

Enquanto se questionava o consumo desenfreado do fordismo, a própria provisão de recursos é também contestada, no quadro de revolta contra o arranjo internacional do capitalismo do pós-guerra. Nelson (2017) reflete como com a reconstrução do mercado mundial e o crescimento de multinacionais vão levar, a partir dos anos 1960, à movimentos de reação de governos nacionais. Na América Latina, por exemplo, isso se manifesta na radicalização do nacional-desenvolvimentismo e com uma onda de nacionalizações, que por sua vez ensejaram golpes militares conservadores e associados ao capital norte-americano (NELSON, 2017).

Um momento fundamental da transição em curso é a crise do petróleo. O debate sobre as razões dos choques de preço de petróleo é amplo. Por um lado, é importante a reação dos países produtores ao cartel formado pelas grandes multinacionais que mantinham os preços baixos desde os anos 1940, pagando poucos royalties, o que levaria a nacionalizações nos campos produtores nos anos 1960 e à formação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)¹³. Isso reflete a mencionada revolta à geopolítica do pós-guerra no complexo contexto do Oriente Médio. Por outro lado, o choque do petróleo foi também uma reação à instabilidade financeira que se ampliava. A desvalorização do dólar afetava imensamente a receita dos países exportadores de petróleo, assim como de outros exportáveis

¹³ A OPEP foi criada em 1960 por Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, e hoje abriga também Argélia, Guiné Equatorial, Gabão, Líbia, Nigéria, República do Congo e Emirados Árabes Unidos.

na moeda internacional do sistema de Bretton Woods. Assim, o aumento do preço era uma resposta generalizada dos setores (mais eficaz em setores oligopolizados) para recompor seus rendimentos e se proteger de novas desvalorizações. Portanto, o choque do petróleo remonta organicamente às raízes da instabilidade do pacto social fordista.

É importante notarmos o papel que esta crise do petróleo representou para as disputas políticas de então. As filas em postos de gasolina e a ameaça de uma escassez generalizada assustavam os consumidores americanos que até então viam sua economia livre de restrições de recursos. Um pânico apocalíptico dominaria o debate. Neste quadro, a política estadunidense de Nixon controle de preço se tornou um alvo fácil. Na narrativa montada pelos monetaristas, um dos grandes responsáveis pela crise foi o inflado estado keynesiano, cujo intervencionismo passara a ameaçar as oportunidades de lucro, ao invés de impulsioná-las como 30 anos antes. Isso serviria de munição para pressionar por reformas que alterassem o controle do Estado.

A crise do petróleo foi atacada como um grande exemplo de ineficiência do governo e do perigo de forças contra o livre mercado: as políticas de controle de preço, as corporações monopolistas e os “sheiks” de petróleo racializados (HUBER, 2011). Assim, a estagflação que marca o período foi enquadrado como fruto de um processo externo que deveria ser resolvida pelas forças do mercado, em uma narrativa desconectada da real questão de fundo, a crescente incapacidade do capital de controlar a luta de classe nas bases de então (Ibidem; COLOMBINI, 2021).

Dentro desta ofensiva contra as bases do fordismo, a natureza era reenquadrada. A crise do petróleo contribuía para uma crescente consciência de limites ecológicos de então. As fontes energéticas não estavam mais garantidas para um crescimento ininterrupto, mas dependiam de complexos arranjos políticos e econômicos que os EUA não parecia mais controlar.

Devemos destacar que este limite não era absoluto¹⁴. Como apontamos, a crise do petróleo se relacionava a um movimento mais geral de decadência do fordismo. Mas a forma como ela foi enquadrada politicamente representa as disputas de então. Em especial, Mitchell (2010) destaca a importância do alarmismo de relatar a crise do petróleo como uma crise

¹⁴ De fato, como aponta Robertson (2011, p. 4): “A crise não decorre de algum “limite natural”, mas - como no caso da abstração do trabalho do esforço humano - no ponto em que as abstrações socialmente necessárias que suportam o valor também se tornam socialmente insustentáveis” [“The crisis comes not at some ‘natural limit’, but – as with the abstraction of labour from human effort – the point when the socially necessary abstractions that bear value are also socially untenable].

energética ampla. Por um lado, isso restringia a radicalidade dos movimentos ambientalistas que vinham ganhando força, inclusive, como mencionado, se opondo à extração de petróleo em áreas sensíveis. A intenção do setor era orientar o ambientalismo contra a energia nuclear deixando a contestação a energias fósseis em segundo plano, pois passavam a ser entendidas como reservas esgotáveis em um quadro político sensível. Além disso, a percepção de limites às reservas de petróleo justificava a elevação de preços que recomporia a lucratividade das empresas do setor. Isso se relacionava a uma estratégia das companhias de petróleo que perderam seu monopólio e buscavam estabelecer novas formas de regulação que recompuseram suas margens de lucro e seu poder de mercado. Assim, a crise do petróleo foi alçada a uma crise energética ampla num contexto de reorganização socioeconômica do arranjo internacional do pós-guerra, diante das novas conflitualidades sociais emergindo e diante das disputas para o controle do preço e da lucratividade no setor petrolífero.

A crise do petróleo é o epicentro de um processo inflacionário que afeta todo o mundo e será central para reconfigurar as relações capitalistas de então. Enquanto o primeiro choque de preços é logo superado com a formação do mercado de petrodólares que retoma a liquidez mundial, em 1979 novo choque e a subida da taxa de juros dos países centrais (iniciada com o choque Volker) paralisa o sistema financeiro internacional e mergulha o mundo em um cenário de maior volatilidade e inflação, sobretudo dos recursos naturais. A periferia que tinha sido mais exposta ao ciclo de liquidez anterior será duramente afetada na década de 1980.

Assim, através das disputas nesta crise, começa a se reconfigurar o mercado mundial. A América Latina, no contexto de instabilidade dos anos 1980, será forçada a fazer enorme ajuste macroeconômico para pagar o serviço da dívida que se multiplica no período, um processo que se desenrola na chegada de reformas neoliberais no continente. A partir dos choques, agências multilaterais como o FMI imporão uma reconfiguração na divisão internacional do trabalho, retomando o lugar da região de fornecedora prioritária de matérias primas e recursos naturais. Como mencionado, através da crise da dívida foi imposto à América Latina processos de austeridade, abertura e privatização que entregaram amplos recursos e espaços naturais ao setor privado (BIGGER&DEMPSEY, 2018), além de desorganizar a produção industrial. Daí se aprofundará um processo de reprimarização no continente que perdura até hoje.

Os choques petrolíferos dos anos 1970 cristalizaram as crescentes contradições do modelo fordista, expondo a falência da imagem da natureza como recurso ilimitado e

amplamente disponível. Mais do que flutuações de preço, os choques foram momentos políticos que catalisaram e enquadraram politicamente as preocupações de então. E impulsionam a ofensiva neoliberal para uma nova regulamentação do mercado energético e uma reorganização do papel do Estado em geral (NELSON, 2017).

Portanto, enquanto no fordismo keynesiano, a natureza era representada como ilimitada, maleável e disponível para a acumulação de capital, a partir dos anos 1970, limites a esta imagem começam a ser disputados. Reforçamos, as questões ecológicas não aparecem como limites externos e inexoráveis, mas como elementos de disputa que constituem e são constituídos pelas relações sociais capitalistas em movimento.

Por um lado, a dificuldade de controlar recursos, em especial energia, se torna uma preocupação central, sobretudo através da crise do petróleo, mas também pela inflação generalizada de preços que atingia outros produtos primários e pela dificuldade de organizar o mercado mundial diante da crise de então. Por outro lado, as externalidades começam a ser percebidas como excessivas, em especial a poluição e a ocorrência de enormes desastres ambientais. Isso suscita a emergência de uma nova consciência ecológica e de mobilizações ambientalistas, que tornam cada vez mais evidente a incapacidade do capitalismo do pós-guerra de gerir os recursos que lhe dão base¹⁵. E fomenta disputas que moldaram a nova forma social da natureza que emergirá dentro do capitalismo contemporâneo, sua forma neoliberal. É neste contexto conturbado de contestação ao paradigma do pós guerra que começa a ser desenhada uma nova forma da natureza, intrínseca ao neoliberalismo

Emergência da natureza como um fluxo de serviços ecossistêmicos

No cenário da crise do pós guerra, a natureza como uma coisa fixa e externa entra em xeque. As crescentes imbricações conflitivas de elementos ecológicos com o processo social

¹⁵ As discussões sobre ecologia sobre poluição já demandavam atenção na teoria econômica convencional desde o início do século XX, com trabalhos como o de Pigou, que relata a configuração dos rejeitos da produção capitalista como externalidades que são acentuadas por não entrarem no cálculo econômico. A solução do autor era a interferência do Estado a fim de instituir tributação que coibisse a poluição excessiva. De maneira geral, as tensões ecológicas de então eram institucionalmente enfrentadas através das políticas ambientalistas de “comando e controle”, isto é, políticas que estabelecem normas e regras para a produção e gestão de recursos (por exemplo, impondo um limite geral para emissões de gases poluentes). No auge da chamada dita “era de ouro”, essa questão suscitava poucas preocupações, mas seria fonte de crescente tensão a partir dos anos 1960 (NELSON, 2015; GÓMEZ-BAGGETHUN ET AL, 2010).

em curso tornam o paradigma fordista-keynesiano insustentável e demandam uma nova forma de representar a natureza. As disputas para configurar esta nova forma contemporânea da natureza são elementos centrais para compreender a emergência do neoliberalismo (ROBERTSON, 2018).

No seu centro, está a consolidação da ideia de uma crise ambiental, que vai demandar que diversos campos se dediquem a esta questão e ofereçam algum tipo de resposta. Emerge então um ambientalismo contemporâneo. Uma série de desenvolvimentos teóricos atestam para a crescente preocupação com a questão ecológica no momento de crise do capitalismo do pós guerra, buscando ressignificar a natureza e seu valor.

Um símbolo importante do debate seria a publicação *Limites do Crescimento* (Meadows et al, 1972), organizada pelo Clube de Roma¹⁶. Utilizando-se de inovadores mecanismos de modelagem climática, o relatório avaliava o grande crescimento populacional e industrial diante de recursos limitados, apresentando um panorama dramático em que o crescimento encontraria seu limite final em “provavelmente 100 anos”. A publicação recebeu corretas críticas pela sua frouxa cientificidade¹⁷, mas seu apelo era sobretudo ideológico. Catalisando as preocupações ecológicas da época em um manifesto neo-malthusiano apocalíptico, foi um sucesso de vendas - com mais de 10 milhões de cópias vendidas - e de enorme influência. Por exemplo, Celso Furtado escreveu “O Mito do Desenvolvimento” em 1974, sobre impacto do relatório *Limites do Crescimento*, em tom de grande pessimismo em que desmistifica a ideia de desenvolvimento para a periferia, considerando elementos culturais e ambientais.

Bielschowsky (2000) destaca como na heterodoxia do pensamento cepalino, a partir dos anos 1960 há um esforço para incorporar algumas questões ambientais com maior ênfase. O desenvolvimento latino-americano conseguiu influenciar no avanço da industrialização na região, mas sem necessariamente aprofundar a promessa do desenvolvimento, enfrentando a desigualdade fundante do continente e exacerbando problemas ecológicos (vistos sobretudo na

¹⁶ Um grupo de empresários, em geral associados à indústria italiana, dos quais se destaca seu fundador, Aurelio Peccei, um dos altos gerentes da Fiat coordenando operações na América Latina. Nelson (2017) sugere como é sintomático que as preocupações com a crescente disputa de recursos, que o relatório do Clube de Roma endereçava propondo regulações multilaterais, tenha origem em industriais internacionalistas de um país da periferia do centro capitalista, no contexto de dificuldades crescentes de acesso aos insumos da periferia, centralmente confrontados pela reorganização trabalhista na Itália e na Argentina.

¹⁷ As estimativas do modelo desconsideravam mudanças tecnológicas que pudessem impactar a utilização dos recursos; haviam problemas nas bases empíricas utilizadas; e pequenas modificações de parâmetros afetam enormemente os resultados (Nelson)

questão agrária), o que se evidenciava no período de crise do nacional-desenvolvimentismo. Na teoria ortodoxa, há também um maior esforço para incorporar na análise a problemática específica dos recursos naturais, abrindo espaço para campos emergentes da economia ecológica e ambiental, num esforço de conceituar o “capital natural”.

É neste contexto que começa a surgir o paradigma dos serviços ecossistêmicos, ainda que de forma embrionária. No início dos anos 1960, é criada a Sociedade de Economia Ambiental (Society for Environmental Economics), buscando conscientizar sobre os impactos ecológicos se amparando em tentativas de quantificar externalidades. (GOMEZ-BAGGETHUN ET AL, 2010). Identificava-se um problema na economia convencional, da síntese keynesiana-neoclássica, que só mensurava o valor de elementos envolvidos em mercados capitalistas, onde, através da teoria do valor-utilidade, as preferências pudessem ser reveladas através do preço. Isso resultava em externalidades, como já abordava a economia pigouviana, o que era objeto de crescente preocupação.

A solução proposta pelo emergente campo da Economia Ambiental então era visibilizar o valor de espaços e dinâmicas não mercantilizadas, especialmente custos e benefícios da natureza, mas nas mesmas bases do valor utilidade, através de pesquisas que emulassem um mercado e assim descobrissem os preços ocultos de processos naturais¹⁸. A Economia Ecológica emergiria nos anos 1980 como uma crítica à Economia Ambiental, buscando ampliar a concepção estrita de valor. Baseando-se em concepções econômicas mais heterodoxas e nos avanços recentes de ecologia de sistemas, incorporavam ideias da termodinâmica para entender como a economia se subordina à natureza, como um subsistema aberto que realiza trocas de energia, materiais e resíduos com os âmbitos sociais e ecológicos (SAES, 2018).

Como argumentam Gomez-Baggethun et al. (2010), as diferenças entre os dois campos às vezes são nubladas, pois embora busque contestar alguns axiomas neoclássicos, a Economia Ecológica diversas vezes se ampara nas ferramentas da microeconomia marginalista para mensurar a sustentabilidade e avaliar políticas públicas. Para contestar a substitutibilidade de fatores da economia neoclássica (negando portanto que a natureza possa ser plenamente substituída pelo capital construído), a Economia Ecológica articula a ideia da natureza como

¹⁸ Foram desenvolvidos técnicas diversas de valoração, desde utilização de serviços similares como proxys até simulações que envolviam questionários aplicados a populações locais perguntando quanto as pessoas estariam dispostas a pagar para determinado “serviço” da natureza, por exemplo, a preservação de uma espécie (método de avaliação contingente) (Gomez-Baggethun et al., 2010).

um tipo de capital - capital natural, que desdobra serviços ecossistêmicos como benefícios subjetivos derivados das atividades vitais, entendidos como uma forma de rendimento¹⁹. É uma formulação que se desenvolve em paralelo às teorizações sobre o capital humano. Assim, embora contestando o paradigma marginalista estrito, acabam recaindo na utilização de métricas econômicas convencionais para a representação da natureza²⁰, retratando funções ecológicas complexas como serviços, reforçando o paradigma do utilitarismo instrumental neoclássico (Ibidem).

Já em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano da ONU, se debatia como serviços da natureza poderiam ser explorados racionalmente para melhorar a condição de países periféricos. A contestação da gestão keynesiana dos recursos naturais no mercado mundial abria espaço para que este novo paradigma propiciasse um novo arranjo (NELSON, 2017). Nos anos 1990, a noção de serviços ecossistêmicos ganhará mais espaço e há um esforço para desenvolver técnicas de monetização destes serviços. Em 1997, um artigo seminal de Constanza et al (1997) utiliza técnicas diversas de valoração para estimar o valor total do capital natural terrestre, chegando à cifra de \$33 trilhões²¹, 1,8 vezes o PNB global à época (DEMPSEY&ROBERTSON, 2012), o que capturou atenção do público e da mídia²².

A partir daí, são cada vez mais organizados mecanismos de apropriação e mercantilização dos serviços ecossistêmicos.. É estabelecido o primeiro sistema de *cap and trade* (limite e troque) para controle de poluição atmosférica em uma abordagem coasiana, através da alteração da Lei do Ar Limpo em 1990 nos EUA. Também, a Lei da Água Limpa no país estabelecia mecanismos flexíveis de governança ao permitir que empreendimentos imobiliários destruíssem áreas úmidas protegidas desde que se comprometessem a reestabelecer esses biomas em outro local. Nos anos 2000, os mercados de carbono começam

¹⁹ Saes (2018) destaca as disputas teóricas e metodológicas no âmbito do surgimento da economia ecológica, revelando um panorama de maior pluralidade.

²⁰ Nelson (2015) aponta que este é certamente um campo de disputas, pois há várias formulações conflitantes de serviços ecossistêmicos

²¹ Destaca-se que o estudo era uma leitura simplista que buscava valorar biomas diversos para depois multiplicar tais resultados pela área global dos ecossistemas.

²² O artigo foi descreditado na economia neoclássica convencional por buscar estimar um valor total, e não o ganho ou perda marginal de valor para cada unidade de serviço, sendo incoerente neste paradigma estipular um valor agregado de todo um ecossistema. Como destacam Dempsey e Robertson (2018), isso revela as disputas e dificuldades do capital de abstrair a complexidade dos processos naturais

a ser organizados (GOMEZ-BAGGETHUN ET AL, 2010), bem como diversos esquemas de "pagamentos por serviços ecossistêmicos" (PES).

A noção de serviços ecossistêmicos passa então a dominar políticas e órgãos multilaterais, se tornando um paradigma hegemônico, bem como suas metodologias de valoração, presentes em relatórios de destaque como no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)²³, do Banco Mundial e dentro de importantes organizações ambientais não governamentais (The Nature Conservancy, a Conservation International e o World Wildlife Fund) (NELSON, 2017).

Diante deste paradigma, a natureza tem sido cada vez mais retratada não como um estoque de recursos materiais, mas como um fluxo de serviços. Como destacam Dempsey e Robertson (2012, p.759):

“A natureza agora é frequentemente representada como créditos, informações ou serviços, supostamente desvinculada de essências materiais e livre para se movimentar pelos circuitos globais de commodities financeiras e de crédito”²⁴

Essa representação da natureza como serviço ecossistêmico, com sua aparente desvinculação de sua materialidade, evidentemente se conecta com o processo de abstração intrínseco da acumulação do capital debatido por Marx (2013). Essa forma contemporânea representa então a conversão da natureza, de maneira mais aprofundada, em uma fronteira dinâmica da acumulação de capital, como evidenciado pela literatura apresentada no início deste capítulo. Mas queremos ressaltar que esta é só uma das facetas da transformação neoliberal da natureza, que não apenas a mercantiliza, mas transforma profundamente toda a sua representação social, e assim, a forma como a humanidade se relaciona com ela e com outros complexos sociais

As ideias de capital natural e serviços ecossistêmicos foram uma resposta à falência da representação da natureza ilimitada que permeava a economia keynesiana-neoclássica e buscavam construir um paradigma que enquadrasse a contestação aos valores sociais do pós-

²³ Avaliação Ecossistêmica do Milênio (Millenium Ecosystem Assessment – MEA), de 2005, e Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (The Economics of Ecosystems and Biodiversity - TEEB), de 2010

²⁴ “Nature is now found frequently represented as credits, information, or services, purportedly unbound from material essences and free to move through global circuits of credit and finance commodities” (DEMPSEY&ROBERTSON, 2012, p. 759)

guerra que a contracultura levantava (NELSON, 2017). Quando a externalização cartesiana aguda da natureza fordista se tornou cada vez mais implausível e indesejada no contexto da crise do pós-guerra, uma nova forma de apreensão da natureza começa a ser disputada, forjada no avanço da sociabilidade neoliberal.

Compreender a natureza como um sistema de serviços que podem e devem ser valorados²⁵ é uma forma de permitir formas mais flexíveis de cálculo econômico que compreendem a natureza como um elemento intrínseco da reprodução econômica, incorporando as inquietações de então. Assim, a **forma neoliberal da natureza não é uma extensão da lógica do neoliberalismo à natureza, mas é resultado de como as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas se imbricam na crise do pós guerra, e das saídas que foram construídas diante desta imbricação, dentro da emergência do paradigma neoliberal.**

Evidentemente este reenquadramento não é revolucionário, mas sim um que, em meio às disputas, reforça e amplia a lógica capitalista em sua necessidade de mercantilizar a natureza. Agora não mais apenas como uma “natureza barata” estática²⁶, mas como um conjunto de fluxos derivados de um capital natural que pode e deve ser estimado, suscitando esforços de conservação e um uso mais eficiente dentro dos circuitos capitalistas. Assim, esta forma contemporânea da natureza reforça também o núcleo do neoliberalismo em que as leis de mercado são elevadas à racionalidade máxima organizadora das mais diversas esferas da vida - e do mundo natural.

Embora não seja o escopo deste capítulo, deve-se mencionar a insuficiência deste enquadramento para de fato estabelecer relações ecológicas mais sustentáveis ou valorizar efetivamente os espaços naturais²⁷. As disputas em torno desta representação da natureza não são apenas teóricas, mas envolvem as demandas práticas no novo contexto. A necessidade de incorporar a conservação dentro dos modelos neoliberais se desenvolve diante do acirramento da crise climática. Por outro lado, as possibilidades desenvolvidas de avaliar e valorar a

²⁵ Valoração entendida como o processo de monetização / precificação dentro de técnicas da economia convencional.

²⁶ Embora novos mecanismos sejam mobilizados para rebaixar os custos dos insumos naturais. Ver por exemplo como Colombini (2021) destaca que a financeirização do setor de petróleo foi operada nos anos 1980 para controlar os preços

²⁷ Críticas à eficácia das políticas que utilizam o paradigma de serviços ecossistêmicos para conservação podem ser encontradas em Buscher et al (2012), Castree (2008a; 2008b) e nos diversos estudos concretos mencionados na primeira sessão.

natureza de forma mais destrinchada, promovendo uma exploração capitalista mais eficiente, se torna central para organizar as relações ecológicas em um contexto de expansão global do capital no período contemporâneo (NELSON, 2017). Assim, nos espelhando nas reflexões de Sotiropoulos et al (2013), a representação da natureza como um serviço ecossistêmico é também uma tecnologia de poder neoliberal, que organiza e disciplina as relações ecológicas.

É importante destacar que a conceituação de serviços ecossistêmicos só é possível diante das condições históricas contemporâneas. Como analisa Cunha (2020), o desenvolvimento científico no final do século XX nos permitiu a compreensão dos diversos ecossistemas terrestres como uma biosfera integrada, o que elucidou a dramaticidade da degradação ecológica em andamento (o que levaria a compreensão de um período antropocênico/capitalocênico). Esses desenvolvimentos técnico-científicos ocorriam diante dos profundos impactos ecológicos do capitalismo pós-guerra e das resistências que foram emergindo, que exigiam das ciências naturais atenção para a questão. Portanto, ressaltamos aqui novamente, os processos ecológicos e a forma social da natureza, sua aparência, são elementos da luta de classe, em permanente disputa através de um complexo de elementos sociais. A possibilidade de retratar serviços ecossistêmicos envolve mudanças tecnológicas, institucionais e sociais que possibilitam enquadrá-lo como um ativo econômico²⁸.

Não é trivial que serviços da natureza sejam compreendidos como estáveis e reconhecíveis. Como aponta Robertson (2011, p. 2), o serviço de "habitat de sapo de perna vermelha" não está ali para ser descoberto, mas é delineado e materializado dentro de um contexto mais amplo. Essa representação foi historicamente construída, em um contexto em que estas funções ecológicas são cada vez mais mercantilizadas e vendidas.

Mas mais do que uma falsa representação, que se mostra incapaz de efetivamente enfrentar os problemas ecológicos do capitalismo contemporâneo, a aparência da natureza como um conjunto de serviços é um fetiche do capital. Cumpre novamente ressaltar que não lidamos aqui com uma "falsa consciência" que esconde os interesses de classe, mas com uma representação mistificada que as relações sociais alienadas precisam assumir, invertendo e cristalizando relações sociais nas formas concretas. Pois a natureza é cada vez mais apreendida,

²⁸ Robertson (2011) destaca a necessidade de classificar, categorizar, mensurar e desagregar tais serviços e Visser (2017) aponta a importância de standardização, liquidez e legitimidade para configurar serviços ecossistêmicos como uma mercadoria financeirizada na forma contemporânea.

gerenciada, comercializada e valorizada como uma provedora de serviços, isto é, é um fetiche que organiza a realidade.

Em particular sobre a aparência contemporânea da natureza, o retrato da natureza como fluxos de um capital natural reedita em uma forma atual a sua externalização, a separação ontológica do capital, de maneira mais profunda e complexa. Sob essa imagem, nos parece cada vez mais difícil buscar formas de mediação com a natureza, que não pelos ditames mercadológicos de valoração. Como destaca Robertson, avaliando os mercados de carbono, até mesmo o ato de respirar está envolvido em um processo capitalista que é gerido dentro de sua lógica de eficiência.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos explorar como a forma social da natureza não é fixa, mas moldada nas disputas sociais de cada momento histórico. Assim, embora não é uma mera imposição do capital, mas forjada relacionalmente, a partir das lutas sociais que disputam sua materialidade e significado. Buscamos com isso dar espaço nas análises para os conflitos sociais e as resistências ao capital, além de expandir a conceituação de natureza e de neoliberalismo.

Na emergência do neoliberalismo, nos anos 1970, a aparência da natureza como um domínio externo infinito, amplamente disponível como recurso e sumidouro, se esfacela junto do derretimento do pacto social fordista. A “natureza-recurso” é cada vez mais substituída por uma “natureza-sistema” que implica novas formas de materialidade e representação do mundo natural. Esta é uma resposta capitalista às crescentes contestações ecológicas do pós-guerra, que tornam necessária a incorporação da conservação e do ambientalismo dentro do debate sócio-econômico. Essa necessidade não se dá meramente por limites absolutos da natureza, pela degradação acelerada do Capitaloceno, mas pela forma como tal degradação é percebida, disputada e enquadrada nos conflitos de então.

O neoliberalismo então se desenvolve buscando mitigar estas críticas e encontrar novas formas de gestão da natureza enquanto renova a acumulação de capital. Portanto, mais do que uma “estratégia de acumulação”, a natureza contemporânea é uma representação do neoliberalismo.

A forma neoliberal da natureza, materializada em mecanismos de serviços ecossistêmicos, aprofunda um processo fetichista que transforma relações sociais e ecológicas complexas neste novo tipo de abstrações. Ao converter florestas em "estoques de carbono", água em "ativos hídricos" ou atmosfera limpa em "créditos compensatórios", o capitalismo não apenas mercantiliza a natureza, mas reifica sua aparência como entidade autônoma e quantificável, ocultando as relações de poder que permitem essa transformação (Felli, 2015; Moore, 2015).

Mais ainda, a representação da natureza em serviços ecossistêmicos intensifica radicalmente a alienação humana, aprofundando a cisão histórica entre sociedades e seus entornos ecológicos. Ao reduzir rios, florestas e atmosfera a unidades abstratas de valorização, o capitalismo neoliberal impede os seres humanos de se reconhecerem como parte integrante da natureza e de gerir esse metabolismo. Mais que nunca o capital é o sujeito automático que organiza o próprio meio natural, que nos parece cada vez mais incontrolável. Embora não seja o escopo deste artigo, isso tem consequências para o processo de crise ecológica contemporânea, pois o próprio futuro das relações ecológicas já aparecem cristalizados, como um conjunto de fluxos ecossistêmicos que são convertidos em ativos e cada vez mais apropriados e comercializados de forma financeirizada, em processos de reificação que comandam o presente.

Bibliografia

ANGUS, Ian. Enfrentando o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. Boitempo Editorial, 2023.

BAKKER, Karen J. An uncooperative commodity: Privatizing water in England and Wales. Oxford University Press, 2004.

_____. Neoliberal nature, ecological fixes, and the pitfalls of comparative research. *Environment and Planning A*, v. 41, n. 8, p. 1781-1787, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. (Ed.). *Sesenta años de la Cepal*. CEPAL, 2010.

BIGGER, Patrick; DEMPSEY, Jessica. The ins and outs of neoliberal natures. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 1, n. 1-2, p. 25-43, 2018.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. The financialisation of nature as crisis strategy. *Journal für Entwicklungspolitik (JEP)*, v. 30, n. 2, p. 16-45, 2014.

BRENNER, N, THEODORE N. Cities and the geographies of 'actually existing neoliberalism'. *Antipode* 34 349 ^ 379. 2002.

BRENNER, Robert. *The boom and the bubble: The US in the world economy*. Verso, 2003.

BONEFELD, W. "Monetarism and Crisis." In *Global Capital, National State and the Politics of Money*, edited by W. Bonefeld and J. Holloway, 35–68. London: Palgrave MacMillan. 1996.

BÜSCHER, Bram et al. Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation. *Capitalism nature socialism*, v. 23, n. 2, p. 4-30, 2012.

CASTREE, Noel. Neoliberalising nature: Processes, effects, and evaluations. *Environment and Planning A* 40(1): 153–173. 20081.

_____ Neoliberalising nature: The logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning A* 40(1): 131–152. 2008b.

CASSEGÅRD, Carl. Eco-Marxism and the critical theory of nature: two perspectives on ecology and dialectics. *Distinktion: Journal of social theory*, v. 18, n. 3, p. 314-332, 2017.

COLOMBINI, Iderley. Oil and Financialization: Another Relation. *International Critical Thought*, v. 11, n. 2, p. 232-251, 2021.

COSTANZA, Robert et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *nature*, v. 387, n. 6630, p. 253-260, 1997.

CUNHA, Daniel. A trajetória do Antropoceno e o "general intellect": crítica imanente das ciências naturais para uma improvável emancipação. *Sinal de Menos*, v. 14, n. 1, p. 147-189, 2020.

DE ANGELIS, Massimo. *Marx's theory of primitive accumulation: a suggested reinterpretation*. 2000.

DEMPSEY, Jessica; ROBERTSON, Morgan M. Ecosystem services: Tensions, impurities, and points of engagement within neoliberalism. *Progress in human geography*, v. 36, n. 6, p. 758-779, 2012.

DUFFY, R. Nature-based tourism and neoliberalism: Concealing contradictions. *Tourism Geographies* 17:529–43. 2015.

FELLI, Romain. Environment, not planning: the neoliberal depoliticisation of environmental policy by means of emissions trading. *Environmental Politics*, v. 24, n. 5, p. 641-660, 2015.

GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik et al. The history of ecosystem services in economic theory and practice: From early notions to markets and payment schemes. *Ecological economics*, v. 69, n. 6, p. 1209-1218, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Americanism and fordism. *Selections from the prison notebooks*, p. 277-318, 1971.

HIRSCH, Joachim. Fordism and post-Fordism: the present social crisis and its consequences. *Post-Fordism and social form: a Marxist debate on the post-Fordist state*, p. 8-34, 1991.

HEYNEN, Nik; ROBBINS, Paul. The neoliberalization of nature: Governance, privatization, enclosure and valuation. *Capitalism Nature Socialism*, v. 16, n. 1, p. 5-8, 2005.

HOLLOWAY, J. "The Abyss Opens: The Rise and Fall of Keynesianism." In *Global Capital, National State and the Politics of Money*, edited by W. Bonefeld and J. Holloway, 7–34. London: Palgrave MacMillan. 1996.

HUBER, M. T. "Oil, Life, and the Fetishism of Geopolitics." *Capitalism Nature Socialism* 22 (3): 32–48, 2011.

_____. *Climate Change*. In: SKEGGS, Beverley et al. (Ed.). *The SAGE Handbook of Marxism*. SAGE, 2021.

KAY, K. Financialization, adaptable assets and the evolution of neoliberal environments. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 1, n. 1-2, p. 49 - 53, 2018.

_____. Breaking the bundle of rights: Conservation easements and the legal geographies of individuating nature. *Environment and Planning A* 48:504–22. 2016.

LAVE, Rebecca. Not so neo. *Environment and planning E: Nature and Space*, v. 1, n. 1-2, p. 54-57, 2018.

LOHMANN, Larry. Neoliberalism and the calculable world: The rise of carbon trading. *The rise and fall of neoliberalism: The collapse of an economic order*, p. 77-93, 2010.

_____. *Mercados de carbono: la neoliberalización del clima*. Ediciones Abya-Yala, 2012.

MALM, Andreas. *Fossil capital: The rise of steam power and the roots of global warming*. Verso books, 2016.

MANSFIELD, Becky. Rules of privatization: contradictions in neoliberal regulation of North Pacific fisheries. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 3, p. 565-584, 2004.

MARX, K. *O capital*, L.I. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. *O capital*, L. II. São Paulo, Boitempo, 2017a

_____. *O capital*, L. III. São Paulo, Boitempo, 2017b

MCAFEE, Kathleen. Neoliberalism on the molecular scale. Economic and genetic reductionism in biotechnology battles. *Geoforum*, v. 34, n. 2, p. 203-219, 2003.

MCCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum*, v. 35, n. 3, p. 275-283, 2004.

MEADOWS, Donella H. et al. *Los límites del crecimiento: informe al Club de Roma sobre el predicamento de la humanidad*. México: Fondo de cultura económica, 1972.

MITCHELL, Timothy. The resources of economics: making the 1973 oil crisis. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 189-204, 2010.

MOORE, Jason. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Verso Books, 2015.

NELSON, Sara Holiday. Beyond the limits to growth: Ecology and the neoliberal counterrevolution. *Antipode*, v. 47, n. 2, p. 461-480, 2015.

_____. Neoliberal environments: Crisis, counterrevolution, and the nature of value. 2017. Tese de Doutorado. University of Minnesota.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação-As origens políticas e econômicas do nosso tempo. Leya, 2013 [1944].

GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. The making of global capitalism: The political economy of American empire. Verso Books, 2013.

PECK, J; TICKELL, A. La Neoliberalización del Espacio 1. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380-404. 2002.

RECH, Lucas Trentin; BARRETO, Helena Marroig. Assetização dos fluxos de natureza: uma interpretação da conversão das correntezas, ventos e raios solares em ativos financeiros. *Nexus Econômicos*, v. 16, n. 2, p. 38-63, 2023.

ROBERTSON, M.. No net loss: wetland restoration and the incomplete capitalization of nature. *Antipode*, v. 32, n. 4, p. 463-493, 2000.

_____. Measurement and alienation: making a world of ecosystem services. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37(3), 386–401. 2011.

_____. Flexible nature: Governing with the environment in the development of US neoliberalism. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 108, n. 6, p. 1601-1619, 2018.

SÁ BARRETO, Eduardo. Marx contra a fantasia “coaseana”: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono. *Revista Marx e o Marxismo—Revista do NIEP-Marx*, v. 3, n. 5, p. 263-278, 2015.

SAES, Beatriz Macchione; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O debate metodológico na economia ecológica: indefinição ou pluralismo?. *Nova Economia*, v. 28, p. 127-153, 2018.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. *Socialist register*, v. 43, 2007.

SOTIROPOULOS, Dimitris P.; LAPATSIORAS, Spyros. Financialization and Marx: some reflections on Bryan’s, Martin’s and Rafferty’s argumentation. *Review of Radical Political Economics*, v. 46, n. 1, p. 87-101, 2014.

SULLIVAN, Sian. Banking nature? The spectacular financialisation of environmental conservation. *Antipode*, v. 45, n. 1, p. 198-217, 2013.

VISSER, O. Standardizing Markets: Financialization and the Transformation of Nature. *Environment and Planning A*, v. 49, n. 5, p. 1126–1144, 2017 (se for a referência correta)